



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA TEMÁTICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2026

Ata n.º 07

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeiro Secretário: Jorge Paulo Vasques Loureiro; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO ÚNICO: Sessão de Esclarecimentos “Relatório Anual CPCJ”; -----

PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Jorge Paulo Vasques Loureiro, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Beatriz Alves Pereira, Raúl dos Reis Melrinho Annes, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelio Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Hugo Miguel Isidro Aires, Alberto Esteves do Rego Saraiva, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Margarida Maria Jorge Guilherme e Luis Manuel Correia Rodrigues. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Beatriz Alves e Raul Annes. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, Rogério Pires Rodrigues Neto, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: “Quero desde já fazer a apresentação dos cumprimentos, cumprimentar aqui todos os presentes, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Cristina. Senhores Vereadores, Deputados da Assembleia Municipal, Presidentes das Juntas de Freguesia, o gabinete de apoio à Assembleia Municipal, a equipa de som e de informática, os munícipes aqui presentes e os que nos assistem lá em casa. Quero apresentar um cumprimento muito especial à nossa convidada, Senhora Presidente da CPCJ, Dra. Tânia Baptista, do qual honro a sua presença nesta Mesa e nesta Casa. E, agradecer-lhe a sua iniciativa, do qual foi tão bem acolhida, para na sua pessoa vir apresentar uma sessão de conhecimentos diretos, objetivos, testemunhos, assim como os devidos esclarecimentos aos membros da Assembleia Municipal sobre o Relatório de dois mil e vinte e cinco da CPCJ. Quero ainda fazer os cumprimentos à Comissão Alargada, nas pessoas do senhor Major Pereira, da GNR, que não está presente, senhora Alexandrina Vasconcelos da educação, senhora



Teresa Neto, da Assembleia Municipal do mandato anterior, senhora Sílvia Dias, da Assembleia Municipal do mandato anterior, senhor André Lima, representante das Associações Desportivas Juvenis do concelho de Albufeira, senhora Filipa Miguel, representante da Associação de Pais do concelho, senhora Catarina Vargas, representante das IPSS de carácter residual, senhora Isabel Rangel, representante do IEFP. Cumprimentar também os apoios técnicos da Comissão Restrita, nas pessoas da senhora Emília Oliveira, apoio técnico da educação e da senhora Rita Silva do apoio técnico do município, sejam bem-vindas ao Salão Nobre. O relatório anual foi ponto da ordem de trabalhos na Assembleia Municipal de seis de março de dois mil e vinte e seis, como tomada de conhecimento e hoje será feita uma apresentação formal do relatório, bem como a prestação de quaisquer esclarecimentos que os senhores deputados considerem pertinentes e importantes. Da nossa ordem de trabalhos consta apenas o período da ordem do dia, uma vez que se trata de ser uma sessão especial, nos termos do artigo vinte e sete do nosso Regimento e, como tal, não haverá nem período de intervenção do público, nem período antes da ordem do dia. Assim, as intervenções colocadas pelos senhores deputados deverão ser exclusivamente no âmbito desta temática em apresentação. A apresentação da Senhora Presidente da CPCJ, terá uma estimativa de tempo de quarenta minutos e, de seguida serão feitas rondas de questões pelos senhores deputados por ordem de inscrição de forma nominal. Cada ronda terá o limite de cinco inscrições, a Senhora Presidente responde às cinco inscrições e depois, sucessivamente passamos para outras rondas, para a senhora Presidente conseguir assim responder de forma assertiva e organizada a todas as vossas questões. Terminada a fase das questões, a sessão irá terminar com uma última intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira e, se a senhora Vereadora entender, também o poderá fazer. Assim, para a respetiva intervenção, concedo a palavra à senhora Presidente da CPCJ, do qual, em meu nome e, em nome da Assembleia Municipal de Albufeira, agradeço mais uma vez a sua disponibilidade e a sua participação para esclarecer um tema que é tão importante para o nosso município, para as nossas crianças e para os nossos jovens. Obrigada.” -----

Presidente CPCJ: “Começo por cumprimentar a Excelentíssima Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, digníssimos representantes das entidades parceiras e convidados, meus senhores e minhas senhoras, é com elevado sentido de responsabilidade que faço hoje uso da palavra nesta Assembleia Municipal. Cabe-me a honra, enquanto Presidente da CPCJ, de submeter à vossa apreciação o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de dois mil e vinte e cinco. A nossa presença nesta Assembleia visa conferir visibilidade e transparência à atividade desenvolvida em prol da promoção dos direitos e da proteção das nossas crianças e jovens. Mais do que uma mera exposição estatística, pretendemos que esta apresentação constitua o ponto de partida para uma reflexão partilhada sobre a realidade local, visando a identificação conjunta de soluções mais eficazes para as problemáticas neste relatório. A CPCJ é uma instituição que atua na proteção das crianças em situação de perigo, com autonomia funcional e com base legal na Lei cento e quarenta e sete, de noventa e nove, a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, mas o nosso verdadeiro guia é o superior interesse de cada criança. Trabalhamos com o objetivo de sistematizar a atividade processual e garantir a transparência da intervenção, através da análise detalhada dos

dados, como fluxo de processo, perfil sociodemográfico das crianças e jovens e as tipologias de perigo. O documento serve como diagnóstico essencial para fundamentar o Plano de Acção dois mil e vinte e seis, assegurando uma estratégia futura mais eficaz e focada no superior interesse da criança na comunidade local. Portanto, passo agora à apresentação. Durante o ano de dois mil e vinte e cinco foram instaurados quatrocentos e cinquenta e um processos, transitaram duzentos e setenta processos, isto dá o número de processos abertos ativos de setecentos e trinta e um processos durante o ano civil de dois mil e vinte e cinco. Cessamos a intervenção de quatrocentos e cinquenta e um processos, arquivamentos pós liminar. O pós liminar, quer dizer que foram processos trabalhados, houve uma avaliação de trezentos e sessenta e seis processos e, um arquivamento liminar de cinquenta e seis processos. Sete processos foram remetidos a outra CPCJ. Terminámos a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com duzentos e oitenta processos ativos. O volume processual global trabalhado ao longo de todo o ano foi de seiscentos e quarenta e cinco processos. Ao nível da caracterização dos processos, este gráfico, (página 3 do Doc. n.º 1 anexo a esta ata), o que explica são as crianças acompanhadas por situação de deficiência. Conclui-se que, a maioria das crianças acompanhadas pela CPCJ situa-se na faixa dos quinze aos dezassete anos, totalizando cento e cinquenta e oito jovens. Globalmente, verificou-se que a predominância recai sobre o sexo masculino, abrangendo noventa e nove das crianças. No que respeita às crianças portadoras de deficiência, estão presentes em praticamente todas as faixas etárias, à exceção dos zero aos dois e, nos de vinte e um ou mais anos. A maioria aqui, também é no sexo masculino. A nível das crianças acompanhadas por nacionalidade, podemos dizer que, a maioria das crianças acompanhadas pela CPCJ têm nacionalidade portuguesa, totalizando quatrocentos e onze processos. Destaca-se ainda nestes números, a relevância da comunidade brasileira, com cento e vinte e oito processos e regista-se ainda outras intervenções residuais junto de crianças de vinte e oito nacionalidades. Quanto à problemática sinalizada nesta Comissão, o que tem maior expressão é a exposição à violência doméstica, como é possível ver no gráfico, (pág. 5 do Doc. n.º 1 anexo a esta ata), podemos dizer que, as crianças dos zero aos catorze, a grande maioria são por exposição à violência doméstica. Quando passamos à faixa dos quinze anos para a frente, destaca-se aqui, os comportamentos desviantes e, que vão até aos vinte e um ou mais. Podemos ainda dizer que, a negligência, embora não apareça com um valor expressivo neste gráfico, manifesta-se em várias dimensões, quer na saúde, e aqui foca-se mais nos zero aos oito anos, assim como a negligência ao nível da psicoafectiva, que gera no escalão dos seis aos oito e dos onze aos catorze. Enquanto a educativa é mais predominante nas crianças da faixa etária dos seis aos oito anos. Assim como a desvalorização de um ou dos dois progenitores estão presentes aqui neste relatório, revelando que no escalão de faixa etária dos seis aos dez anos, realçando o impacto das dinâmicas parentais na saúde emocional das nossas crianças. No grupo dos dezoito aos vinte e um anos os comportamentos anti-sociais absentismo escolar, também mantém como desafios esta problemática. Quanto às entidades sinalizadoras, com este gráfico (pág. 6 do Doc. n.º 1 anexo a esta ata) podemos dizer que no período de análise as forças de segurança, a GNR foi a entidade quem mais comunicou situações que poderiam configurar aqui um perigo. Com cento e oitenta e nove comunicações, seguidas de estabelecimentos de ensino com cento e quarenta e cinco. Aparece depois uma segunda força de



segurança, porque nós em Albufeira só temos a GNR, mas recebemos comunicações de outros municípios onde também existe a PSP, por isso vai gerar aqui também este número de cento e dezanove comunicações das forças de segurança. Do Ministério Público, recebemos setenta e seis, instituições como a saúde e a CPCJ também contribuíram com número menos expressivo para as situações de perigo. A nível das modalidades de contacto, as comunicações de situação de perigo são feitas preferencialmente por correio eletrónico, aqui temos quinhentos e quarenta e cinco por escrito, oitenta e quatro e presencial sessenta e uma comunicações, depois por telefone dezanove. Quando caracterizamos as crianças dos zero aos cinco anos, é possível recolher a informação de que cinquenta e um por cento das crianças dos zero aos cinco, encontra-se a frequentar equipamento da rede pública, IPSS ou privados, enquanto quarenta e dois permaneciam em casa aos cuidados de um ou de ambos os progenitores ou aos cuidados de família alargada. Apenas seis crianças, estavam aos cuidados de uma ama. Nas crianças acompanhadas em idade escolar, dos zero aos vinte e um, o maior número de crianças acompanhadas situa-se na faixa dos quinze aos dezassete anos, cento e dezassete crianças acompanhadas, seguidas de perto pelo escalão dos onze aos catorze anos, cento e seis crianças. Estes dados indicam que a adolescência é um período em que se verifica uma maior necessidade de intervenção, coincidindo com etapas críticas da transição escolar. Uma característica transversal a todos os escalões, é a elevada incidência nos ciclos de ensino incompletos, o que pode sugerir situação de atraso escolar, retenção ou dificuldade de aprendizagem. Nas idades mais precoces, dos seis aos dez, a maioria das crianças frequentam o primeiro ciclo. Na faixa etária dos onze aos catorze, existem cerca de dez crianças que ainda se mantêm no primeiro ciclo, evidenciando um desfasamento idade ano escolar. Nos escalões dos quinze aos dezassete, embora a maioria das crianças, sessenta e uma crianças frequentem o terceiro ciclo, apenas vinte e três conseguiram transitar para o ensino secundário. Mantém-se ainda um grupo de dezassete crianças retidas no segundo ciclo. E, no grupo dos dezoito aos vinte e um, observa-se que o nível de escolaridade predominante é o secundário incompleto, nove jovens, seguido do terceiro ciclo incompleto, com oito crianças, o que demonstra dificuldades na conclusão da escolaridade obrigatória antes da entrada da idade adulta. Em suma, os dados revelam um cenário de fragilidade no percurso escolar, marcado por uma progressão lenta e, pela persistência de ciclos incompletos à medida que a idade avança. A forte presença de crianças entre os onze e os dezassete, com níveis de escolaridade inferior aos prazos para a sua idade, reforça a necessidade de estratégias de apoio educativo e combate ao absentismo, visando a garantia de uma conclusão de ciclos de ensino e a qualificação destas crianças. Quando olhamos para as modalidades de ensino, a maioria das crianças acompanhadas estão integradas no ensino regular, duzentas e sessenta e uma crianças, sendo que o número residual frequenta o ensino profissional, trinta crianças. Crianças acompanhadas pela idade, sexo e problemática diagnosticada, este PowerPoint (pág. 11 do Doc. n.º1 anexo a esta ata) é muito idêntico ao que vimos lá atrás, porque o outro PowerPoint, quando fala das problemáticas sinalizadas é quando a informação chega a nós, depois de haver uma avaliação vamos validar se a problemática se mantém, se existe outras, e depois de ser feita a avaliação, voltamos a concluir que a problemática mais expressiva e mais preocupante é a violência doméstica. Dos zero aos catorze, o número é muito elevado de violência doméstica, assim como na faixa etária dos quinze aos vinte e



um, a problemática muda e passa a ser centrada na própria criança e, nos comportamentos desviantes que estes praticam. É possível também, através deste gráfico, ver que a nível de violência doméstica, o género feminino está mais exposto, enquanto nos comportamentos desviantes são mais o sexo masculino, que provoca a ação. Ao nível das medidas de promoção aplicadas, a medida depois junto dos pais, regista um crescimento progressivo à medida que a idade avança, atingindo o seu pico na faixa etária dos quinze aos dezassete, trinta e seis ppp's. É a única medida aplicada em todos os intervalos de idade. É possível igualmente concluir que, a diferenciação de género nas faixas etárias mais baixas, dos zero cinco anos, verifica-se uma prevalência de crianças no sexo feminino e que a partir dos seis anos a tendência inverte-se significativamente com o sexo masculino a dominar a aplicação de medidas, especialmente na adolescência, na faixa etária entre os onze e os dezassete anos. Portanto, aqui é possível ver que o nosso trabalho incide com as famílias. Existe em todos estes processos apenas dois acolhimentos, um acolhimento familiar na faixa dos três aos cinco, depois dois acolhimentos residenciais na faixa dos onze aos catorze e, dois na faixa dos quinze aos dezassete. Portanto, o grosso da nossa aplicação de medida é sempre privilegiando a família e junto dos pais. Ora, quando falamos aqui dos nossos processos arquivados, como tinha sido referido anteriormente, as principais razões de arquivamento liminar dos processos correm termos na CPCJ de Albufeira, são a apensação a processos ao abrigo do artigo oitenta da Lei de Crianças e Jovens em Perigo e a apensação de processo judicial, ao abrigo do artigo oitenta e um da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Este gráfico (pág. 14 do Doc. n.º 1 anexo a esta ata) mostra quais são os arquivamentos, devem-se maioritariamente a situações, a processos que o perigo não se confirmou. Portanto, todas as comunicações, oitenta e seis, nós não conseguimos confirmar que efetivamente existia perigo. Cessamos, oitenta e três processos, porque o perigo já não subsistia. Portanto, foi aplicada uma medida problemática, foi extinta com todo o trabalho de acompanhamento que foi dado pela Comissão. Outro valor, também expressivo é, e não posso deixar aqui de falar, foram quarenta e um processos, em que não houve consentimento dos progenitores para nós podermos fazer o acompanhamento ao agregado. Temos também o número de vinte e seis processos arquivados, porque as crianças passaram a residir fora do território nacional e nós só trabalhamos dentro do próprio território, assim como vinte e cinco jovens que atingiram a maioridade e não pediram a continuação do acompanhamento. Portanto, são assim os números mais relevantes. Nós, CPCJ, articulamos com outras CPCJ do país, portanto, nós nesta articulação fizemos o pedido a outras CPCJ, de quatro visitas domiciliárias, doze recolhas de assinatura de acordos de promoção e proteção e treze assinaturas de consentimento. Da mesma forma que recebemos também de outras CPCJ, o pedido para três visitas domiciliárias, quatro assinaturas de acordo de promoção e proteção, e dez assinaturas de consentimento. Com todos estes dados recolhidos, foi realizada uma análise estatística por freguesias do concelho de Albufeira, que foi possível tirar destes, que na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, à data tínhamos cento e setenta e três processos em que predomina o género masculino, cinquenta e um por cento, em que as problemáticas mais expressivas são o comportamento desviante e exposição à violência doméstica. As idades são mais no eixo dos quinze aos dezassete anos. Enquanto que, na freguesia de Ferreiras totalizamos quarenta processos, também predomina em maior expressão, sessenta por cento do



género masculino e, aqui a problemática é a exposição a comportamentos e violência doméstica, mantendo a mesma faixa etária dos quinze aos dezassete anos. Enquanto que, na freguesia de Paderne temos vinte e dois processos, aqui o género predominante é o feminino, com cinquenta e nove por cento e a problemática aqui também é diferente, é a exposição a comportamentos e violência doméstica, centrando-se aqui em faixas muito diferentes, dos zero aos cinco e depois dos quinze aos dezassete. Enquanto que, na Guia tínhamos dezassete processos, o sexo predominante sexo masculino, cinquenta e um por cento e, aqui há mais variedades de problemáticas, maus-tratos, exposição a comportamentos, a faixa etária aqui também é diferente, aqui ocorre mais na faixa etária dos onze aos catorze anos. Portanto, perante esta análise, o concelho de Albufeira exige uma intervenção em matéria de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em duas áreas, preventiva e protetiva, focada na primeira infância, dos zero aos cinco, para travar aqui os ciclos de violência doméstica, mediação e inclusão focada na adolescência, na faixa etária dos onze aos dezassete anos, para gerir aqui comportamentos de risco e apoiar a integração dos jovens de diversas nacionalidades, com especial atenção às crianças do sexo masculino, mais na zona urbana e feminino, na zona rural. As observações chaves da análise foi de dinâmica de género, portanto, o género masculino predomina nas zonas mais urbanas Albufeira e Olhos de Água e freguesia de Ferreiras, especialmente na adolescência. Enquanto que, em Paderne destaca-se com exceção, apresentando uma maioria de crianças e jovens acompanhadas pelo sexo feminino. Em relação às idades e problemáticas, a violência doméstica é a principal tipologia dos perigos das crianças dos zero aos cinco. Enquanto comportamentos de risco, comportamentos desviantes assumem maior relevância à medida que as crianças e jovens atingem a faixa etária dos quinze aos dezassete. Respostas institucionais, em todo o concelho observa-se o primado da preservação familiar, apoiando o apoio junto dos pais, a medida de promoção e proteção mais executada, em detrimento do acolhimento residencial e acolhimento familiar, cuja incidência é residual. Depois de analisado, foi pensado aqui propostas para o nosso Plano Anual de Atividades de dois mil e vinte e seis, portanto, para a estrutura do Plano Anual de Atividades dois mil e vinte e seis é fundamental clarificar as competências de cada modalidade da CPCJ, garantindo que a resposta à complexidade multicultural e aos riscos identificados, violência doméstica e comportamentos de risco seja eficiente, que exista uma intervenção diferenciada, adaptar a linguagem e a abordagem técnica conforme o contexto. Como, por exemplo, a abordagem mais preventiva com rapazes nas zonas urbanas ou suporte específico a raparigas em Paderne. Na modalidade alargada a prevenção e estratégia comunitária, pretende-se aqui o papel da modalidade alargada é essencialmente preventivo e estratégico, focando-se na comunidade. Também aqui, na prevenção primária planear ações que impeçam o aparecimento de situações em perigo. Em dois mil e vinte e seis isto implica campanhas de sensibilização sobre a violência doméstica, sensibilização escolar sobre os comportamentos de risco, assim como a articulação da rede, mobilizar entidades locais como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, GNR, Agrupamentos de Escolas, para criar respostas sociais que apoiem a multiculturalidade da Albufeira e Olhos de Água. Na análise de fenómenos, estudar as tendências locais com o predomínio das crianças do sexo masculino nas zonas urbanas, para propor políticas públicas municipais que reforcem o bem-estar das crianças e jovens.

Atividades, as ações com o estabelecimento de ensino para dois mil e vinte e seis devem ser segmentadas por faixa etária e contextos geográficos, respondendo diretamente aos dados de perigo, violência doméstica e comportamentos de risco e à multiculturalidade identificadas no concelho. Pensando no pré-escolar e primeiro ciclo, trabalhar a prevenção da violência doméstica. Nós temos uma campanha feita pela Comissão Nacional, que é o selo Protetor e aqui passa muito por sensibilizar os agrupamentos, começando logo no pré-escolar, a aplicar este selo protetor na implementação, garantindo assim sistemas internos de alerta precoce para sinais de exposição e violência doméstica, assim como a sinalização ativa, reforçar os protocolos de comunicação entre a escola e a CPCJ, capacitando os docentes para distinguir indicadores de perigo em crianças dos zero aos cinco, onde a violência doméstica é mais prevalente. Ao nível do segundo e terceiro ciclo, onde aqui os comportamentos de risco são mais evidentes e de género, a proposta passa por sessões de sensibilização em Albufeira e Ferreiras, criar sessões de debate dirigidas a crianças e jovens focadas em comportamentos de risco, adições e cidadania digital, mentorias entre pares. Em Paderne, desenvolver aqui um programa de competências socio-emocionais com as crianças do sexo feminino na zona de Paderne. Prevenção dos comportamentos que possa tipificar crime, parcerias com GNR, Escola Segura, para ações sobre consequências legais e sociais dos comportamentos de risco, incidindo mais nas faixas dos quinze aos dezassete anos. Ao nível da articulação técnica, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão (EMAI), que existe em todos os agrupamentos do concelho e aqui pretende estreitar a articulação com as EMAIS para garantir o apoio junto dos pais e complementando com medidas de sucesso educativo, prevenindo o abandono escolar em jovens de risco. Também é muito importante a formação conjunta, realizar workshops práticos entre técnicos e gestores de processo da CPCJ e os psicólogos escolares, para uniformizar os critérios de sinalização e intervenção. Ao terminarmos este relatório, concluímos que urge refletir sobre os aspetos positivos e as fragilidades que marcam a atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira, ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco. Dizer que, em dois mil e vinte e cinco a CPCJ fortaleceu a sua rede de proteção através da articulação estratégica com o Ministério Público, entidades de primeira linha e a equipa técnica regional. O ano foi marcado por um mês de forte investimento na formação técnica e em ações de sensibilização comunitária e escolar, como o mês da prevenção dos maus-tratos e parcerias com os agrupamentos de escola. Estas iniciativas visaram qualificar a sinalização das situações de risco e consolidar a Comissão como um parceiro de proximidade, focado na prevenção e no apoio às famílias. Enquanto os principais constrangimentos de dois mil e vinte e cinco centraram-se nas barreiras culturais e linguísticas, exacerbadas pela gestão das vinte e nove nacionalidades e pela falta de intérpretes, o que gera resistência familiar e estigma quanto ao papel da CPCJ. A eficácia operacional é limitada pela excessiva carga processual, pelo incumprimento dos tempos mínimos de afetação dos comissários e por instalações inadequadas que comprometem a privacidade. No plano externo, destaca-se a morosidade na articulação com entidades de primeira linha e, a grave carência de respostas públicas ao nível da saúde mental, que deixa crianças sem apoio clínico essencial ao seu desenvolvimento, portanto, este é o relatório. Passo agora a apresentar só algumas imagens do trabalho que foi feito a nível da prevenção pela Comissão. Portanto, uma das atividades foi a participação no Opto, assim como na Semana da

Criança, onde tivemos um stand todo decorado com os trabalhos realizados pelas crianças dos três agrupamentos. Outra atividade foi participar com os contadores de histórias na FNAC da Guia. Fizemos um laço humano, o laço o ano passado foi feito em Paderne. No relatório existem muito mais imagens, mas para não estar aqui a sobrecarregar, pus aqui apenas algumas. E está terminada.”- Maria Leote: “Boa noite, cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal e cumprimento particularmente Senhora Presidente da CPCJ e os membros da CPCJ aqui presentes. Estive a ouvir a apresentação com muita atenção. Já tinha tido conhecimento do relatório e já tinha também feito algum estudo rápido do relatório. Gostaria de colocar algumas questões e, uma das questões, não sabendo se é possível responder agora, tem a ver com o número de processos que referiu e se tem dados estatísticos comparativos a dois mil e vinte e quatro? Ou seja, a minha questão é: se o número de processos aumentou no último ano ou não. Porquê me ocorreu, ou porquê que coloco esta questão? Porque sou professora presente nas escolas todos os dias, tenho noção que as coisas não são e não estão nada fáceis. Portanto, queria ter noção se aumentou ou não. De resto, houve várias coisas aqui que referiu que, não me surpreenderam propriamente. Outras questões que se prendem, congratulo-me com o vosso projeto de maior articulação com as EMAI, por acaso também sou membro de uma EMAI e acho que, nos faz falta realmente essa maior ligação. Outra questão que coloco é se também estará prevista, penso que sim, da forma como falou do plano de atividades, uma maior articulação, falou na articulação com as escolas. Eu colocava a questão em específico com os conselhos de turma ou com os diretores de turma, porque por vezes sentimos que nos são pedidos relatórios, sabendo mesmo que os casos obviamente que são sigilosos, mas são nos pedidos relatórios, são nos pedidos feedbacks, da nossa parte, também são feitas as referenciações e a ideia, quando digo se poderíamos fazer uma maior articulação, obviamente não é para nós sabermos de situações sigilosas, porque não é suposto, mas talvez traçarmos algumas estratégias articuladas. É mais nesse sentido. As escolas já têm os diretores de turma, os conselhos de turma, têm professores, tutores nos casos de retenções repetidas, isso também foi falado aí, a questão da não conclusão da escolaridade, Portanto, até que ponto é que, podemos trabalhar mais em conjunto e ter estratégias conjuntas? Última questão ou última consideração, é se também há alguma noção, foram falados os casos de crianças com deficiência, eu não colocaria a questão da deficiência, porque sei lá, talvez seja algo mais grave, mas se na área da educação especial se, também notam um maior relevo e um maior número? Porque eu tenho essa perceção, através da EMAI e do Agrupamento de Escolas de Albufeira, o que é bastante complicado porque, como referiu, não existem respostas na área da saúde mental e, não existem respostas e, apoios e tenho a perceção que o número está a aumentar muito a nível do jardim de infância e do primeiro ciclo, embora eu não seja desses ciclos. Muito obrigada.” -----

Segundo-Secretário: “Cumprimento a Mesa e cumprimento os Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, cumprimento quem está em casa e quem nos está a assistir aqui pessoalmente. Isto é uma área que me é cara doutora, antes de mais, parabéns pela sua apresentação, foi muito concisa e muito direta. É uma área que me é cara, é a minha área que também e, vou fazer uma pergunta que penso que é uma pergunta difícil, que é a seguinte: tendo em



conta todas as carências afetivas que estas crianças têm desde o seu nascimento, o que é que acha, que isto possivelmente será também um problema transversal a todas as CPCJ do país, como é que se poderá fazer ou ter ou ganharmos aqui algum poder no sentido de termos a capacidade de que estas crianças tenham melhores resultados escolares?” -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos os presentes e a quem nos acompanha em casa. Em primeiro lugar, louvar a iniciativa da Mesa, louvar e agradecer a disponibilidade da Comissão da CPCJ pelo seu trabalho e disponibilidade aqui apresentar, o resultado do seu trabalho. Este tema é um tema de enorme pertinência e atualidade. Basta ver aquilo que todos, ou quase todos os dias percorre na nossa comunicação social de abusos, maus-tratos, violações de crianças e jovens. E, dizem os técnicos que muitas vezes estes abusadores, ou quase sempre estes abusadores, não vêm de regiões mais remotas, mas são geralmente pessoas, digamos, do trato da criança e do jovem, o vizinho, o amigo, o amigo do amigo ou o próprio familiar, como ainda há pouco tempo ocorreu aí nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social, de um pai violou a filha e outros casos por aí, infelizmente, muitos. Portanto, deixaria só aqui duas ou três perguntas depois desta consideração geral. Uma delas tem a ver com o número de casos de crianças acompanhadas brasileiras. Portuguesas são quatrocentas e onze, brasileiros são cento e vinte e oito. Se virmos, o rácio é muito superior, tendo em conta a população portuguesa e brasileira, portanto, o rácio destes casos de incidência de crianças do Brasil é muito maior. Não sei se há uma explicação, gostaria que partilhasse connosco se tem algumas conclusões, alguma explicação. E, por outro lado, também não usou um conceito, penso que talvez por algum cuidado, mas talvez tenha usado outros muito próximos, que é a delinquência juvenil. Sabemos que esse é um problema grave, especialmente nos meios mais urbanos, Albufeira, Ferreiras, aliás, os números foram aí apresentados e penso que é um dos temas que eu diria, toda a sociedade e particularmente a vossa comissão e especialmente com as organizações e forças de segurança, deviam tratar porque penso que é de futuro o grande problema dos meios urbanos é a delinquência juvenil, não é só no Algarve, é por todo o país, eu diria, por todo o mundo, praticamente.” -----

Nelson Cachita: “Muito boa noite a todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. Queria primeiro que tudo, agradecer à Dra. Tânia Batista por estar aqui presente e por nos tirar dúvidas que nós tenhamos. Em relação à eficácia e à capacidade de resposta, o relatório indica que foram abertos setecentos e trinta e um processos e, instruídos seiscentos e trinta e dois, o que representa uma taxa de resposta que é superior a oitenta e seis por cento. Considera a Dra. Tânia que este nível de eficiência é suficiente face ao volume crescente de sinalizações, ou que existem constrangimentos estruturais, como, por exemplo, a burocracia excessiva ou a escassez de meios humanos que justificariam uma gestão mais eficiente dos recursos? Em relação ao papel das entidades na prevenção, verifica-se que a maioria das sinalizações provém das forças de segurança e das escolas e há um menor peso no sector da saúde, que medidas é que estão a ser tomadas para reforçar a prevenção e a detenção precoce, nomeadamente através de uma maior articulação com entidades privadas e sociais? Em relação à temporização da intervenção, tendo em conta que uma parte significativa dos processos é remetida para o tribunal ou arquivada após intervenção, que avaliação é que faz à CPCJ sobre a eficácia preventiva do sistema? Não estaremos nós a intervir demasiado



tarde em vez de apostar numa lógica de prevenção precoce? Já em relação aos resultados das intervenções, sabendo que permanecem duzentos e oitenta processos ativos em acompanhamento contínuo, que indicadores concretos é que existem para medir o sucesso das intervenções? Ou seja, como é que é avaliado o impacto real de políticas públicas nas crianças e nos jovens? Basicamente, como é que é considerado um caso de sucesso ou de insucesso?” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, começo por cumprimentar a Presidente Tânia, referir também que isto é efetivamente uma causa que me é muito cara por vários motivos, uns que não são para aqui chamados, mas o que vou referir tem a ver com o facto de eu ter partilhado a casa e a causa durante nove anos, durante três mandatos enquanto representante da Assembleia Municipal. E, obviamente ganhei uma consciência ao lidar no dia a dia com a problemática, ganhei uma consciência que se calhar me permite aqui fazer pelo menos uma distinção. A distinção que eu farei, parece-me a mim que é o primeiro segmento da violência doméstica e das jovens crianças é uma situação que nasce, surge e tem de ser acompanhada no seio da família. Depois, o segundo segmento ou segmento que tem maior expressão, o segmento da adolescência é um segmento que efetivamente me preocupa, já não é só, não tem origem, não tem a sua génese, nem sempre na família, seja a família restrita, seja a família alargada, Muitas das vezes esses comportamentos desviantes começam a aparecer em ambiente escolar, entre os seus pares, ou seja, nas suas relações sociais, dos jovens com os demais. E estou em crer que poderá ser aí que nós poderemos fazer a diferença. Eu percebo o formato que referiu das palestras, do preventivo, a nossa juventude está de uma forma que, infelizmente, se calhar tem de ser um bocado mais de choque do que apenas e só em formato de palestra. E, digo isto também porque basta olharmos à volta e a realidade realmente mudou, e às vezes a forma de chegar aos jovens já nem muitas das vezes é cara a cara, é presencial. Pelo menos é a minha visão, e nessa senda eu pergunto concretamente, eu tenho a minha opinião pessoal face aos nove anos, mas eu pergunto concretamente se nós não temos aqui uma questão multidisciplinar e, como eu costumo dizer, um cocktail molotov, no que concerne à nossa juventude. Somos um concelho de veraneio, somos um concelho em que invariavelmente os pais trabalham muito porque trabalham na hotelaria. Somos invariavelmente um concelho em que os pais trabalham por turnos, em que muitas das vezes as jovens ficam desacompanhadas, em que muitas das vezes acabam as aulas, não têm um acompanhamento pós-escolar, não têm quem as leve a uma atividade desportiva, enfim. Ou seja, depois, infelizmente, ou pelo menos à data que eu fazia parte da CPCJ. Nas escolas, o que se via era uma falta de recursos humanos, muitas das vezes dos técnicos, não dos professores, porque os professores têm um formato e um propósito diferente, mas muitas das vezes eram poucos os funcionários para controlar o número de crianças. Eu costumava dizer lamentem-me a expressão, traficava-se nas escolas, toda a gente sabia e ninguém fazia nada. E, estamos a falar desde tenra idade. Eu acho que, é importante falar as coisas pelos nomes e nesta senda, porque temos efetivamente aqui um cocktail molotov, também precisamos de veraneio. Há um apelo aos jovens a começarem a trabalhar, nem que seja nas férias. Enfim, há uma forma fácil de fazer dinheiro em Albufeira para os jovens e, os jovens facilmente são aliciados, por isso e, trocam o seu futuro em detrimento do dinheiro rápido. Eu recordo-me que, no meu percurso de nove anos na CPCJ houve, acho que, era o Pescador de Sonhos, tinha um projeto fantástico, um projeto que nunca viu a luz do



dia e eu convido este executivo a implementá-lo, em que supunha ou pressupunha haver uma casa, digamos assim, uma casa aberta vinte e quatro horas por dia, onde os jovens que não tivessem ou que tivessem os pais a trabalhar, pudessem ir e, tivessem acompanhamento para fazer os trabalhos de casa, tivessem acompanhamento para comer uma sopa, fizessem acompanhamento para tudo. É complicado. É um processo multidisciplinar, estamos a falar de muito dinheiro, estamos a falar eventualmente várias valências, mas é assim, como mãe e avó, digo assim, nós temos um flagelo neste concelho e, efetivamente ou olhamos para isto como um problema e fazemos um diagnóstico, um raio x e, atuamos antes que os nossos jovens do futuro tenham desperdiçado as suas vidas e, tenha passado o momento de fazer algo. Pronto, este será efetivamente o meu contributo. Depois, e há coisas que efetivamente são herdadas, não são de agora, não estou a branquear, até porque eu não sou pessoa de branquear, existem situações que foram herdadas por este executivo. Esperemos que, tenham efetivamente a coragem de as resolver. Agora, também o edifício, o edifício não tem capacidade, já não tinha na altura, agora nem imagino as que tem, está ao lado de um conservatório, é impossível ter insonorização para ter conversas íntimas e, às vezes, de situações delicadas. A sobrecarga de processos, é assim eu costumo dizer “depressa e bem não há quem”. Eu percebo que, às vezes este tipo de instituições acaba por não colher tanto o investimento, mas quando abre o telejornal das oito, porque uma criança não foi acolhida ou porque nada foi feito, os dedos serão todos apontados à CPCJ, que estava no terreno, que sabia e que não fez. Mas se não capacitarmos com condições técnicas e humanas não vamos ver efetivamente o resultado de um trabalho de uma CPCJ.” -----

Presidente CPCJ: “Respondendo à senhora Maria Leote, em relação às estatísticas, posso lhe dizer que, houve um aumento em comparação com dois mil e vinte e quatro, de perto de cem processos. Portanto, é um crescente todos os anos. A nível da articulação, nós há dois anos que fazemos divulgação junto dos agrupamentos, para formação com a nossa ETR. E, não tem havido assim muita disponibilidade, no primeiro ano, sei que foi complicado, foi um ano das greves, sei que não foi fácil, mas no ano passado voltámos a insistir, porque é uma necessidade que nós também sentimos e, que era importante estar mais junto dos agrupamentos, dos coordenadores, de explicar a situação. Fazendo só aqui um pequeno parêntesis, quando nós pedimos um relatório, não é suposto nós explicarmos o que é que deu origem, porque o processo é de carácter sigiloso. Portanto, quando pedimos, as escolas ficam a saber que existe qualquer coisa e, as escolas são os nossos melhores olhos, as crianças é convosco que passam o dia todo, portanto, são as melhores pessoas para poder nos dizer como é que aquela criança está. Como é que ela chega à escola, se está bem alimentada ou não, se está bem vestida, como é que é o comportamento. Portanto, nós quando pedimos, e é nesse sentido, porque os agrupamentos são as melhores pessoas para nos devolverem essa informação e nós depois podermos fazer o trabalho do lado de cá, com a vossa informação, que é muito preciosa. Mas sim, pretendemos e queremos este ano voltar novamente junto dos agrupamentos e, fazer sessões de sensibilização mais direcionadas. Está contemplado, é uma questão depois de ser agendado com os agrupamentos e, ver qual é o melhor momento para fazer, porque para nós também é muito importante. Ao nível da pergunta que me fez da educação especial, sim, cada vez nós recebemos mais comunicações com essa problemática, a nível de jardim de infância e de

primeiro ciclo. Que também é uma situação que nos preocupa porque crianças em tenra idade não se consegue logo fazer um bom diagnóstico. Há diagnósticos que, só podemos fazer atendendo a uma idade específica, mas sim, é uma realidade que também tem estado a crescer nas nossas comunicações. Agora, respondendo ao senhor António Maia, a nível da carência emocional, como é que nós podemos ter maior resultado junto das crianças? Eu acho que, todo o comportamento da sociedade teria de mudar. Permita-me, senhora Presidente, que passe um vídeo, que acho que pode explicar muito das questões que estão aqui e, que pode ajudar a que se faça uma melhor reflexão. Voltando à parte da questão emocional, isto passa, como já tinha sido dito pela Dra. Helena, pelo colo, é uma expressão que eu gosto muito. É o colo que faz a diferença, passa mesmo pelas famílias. Nós vemos o que o comportamento do adulto pode gerar numa criança. E, neste vídeo nós conseguimos identificar quase todas as problemáticas que nos passam, desde a negligência emocional, e aqui está bem refletido, não dar o colo à criança, a atenção que precisa, a criança só queria um bocadinho de atenção. A questão do maltrato, quando é agredido, a questão do bullying já na fase da escola, pela questão da marca visível que ficou e, do que é que ele se vem a tornar depois, ele de vítima, passa a agressor. Agrede a própria mulher, ainda grávida, tem aquele comportamento desadequado no hospital, acaba por agredir a filha, acredito que não fosse propositado, mas o envolvimento no que se estava a ver nem mede as consequências. E, depois, o que é que vamos assistir? Chegar à idade da velhice e não ter a atenção que deveria ter, os cuidados que deveria ter, porque ele também não os deu à filha. Portanto, isto pode ser tudo diferente. E, eu acho que, os nossos números, das nossas problemáticas têm a ver com a violência doméstica. Porque estas crianças, e aqui o grande grosso das crianças, dos zero aos catorze, que estão expostas, isto vai se refletir. Não quer dizer que, estas crianças tenham sido vítimas diretas, físicas, mas o facto de assistirem a uma agressão verbal, psicológica, física, entre as pessoas que são a sua proteção, que é um pai e uma mãe, isto fica sempre marcas para todo o sempre. E, vai se reproduzir. E, ao crescer só há duas alternativas ou passa a ser vítima e, vai a arranjar agressores pela sua condição ou passa a agressor. Portanto, isto sim, é que é uma situação que tem de ser trabalhada. Se me perguntar como? Não sei. Mas se calhar o facto de falarmos muito sobre isto, de sensibilizar, que isto não é permitido. Outra situação que não está aqui, mas que muitas vezes dá origem é a violência no namoro. A violência no namoro nada mais é, que repetir o que eles tem em casa. Se, têm situação de violência doméstica, em que um ofende o outro, em que desrespeita, em que agride, na altura do namoro, essa criança ou esse jovem vai replicar, ou a posição de agressor ou a posição de vítima. Muito poucos são aqueles que tem resiliência, porque não acontece com todas as crianças, mas a grande maioria vai reproduzir, isto é, e isto tem de ser trabalhado em tenra idade no pré-escolar, logo.” -----

Segundo Secretário. “Essas carências afetivas existem. E, qual é a forma de conseguirmos transportar as coisas para que depois se consiga ter resultados positivos no futuro? Essa é a dificuldade.” -----

Presidente CPCJ: “Eu costumo dizer que se nós pudéssemos trabalhar com os pais, só que a nossa intervenção são nas crianças. E, este problema está nos pais. Eu quero acreditar que, o facto de trabalharem muitas horas, como também já foi dito, o estarem muito ausentes, às vezes terem de ter dois trabalhos em simultâneo para poder fazer face às despesas da família, ficam com menos tempo,



menos atenção para as crianças. Eu quero acreditar que, isto não é feito intencional, que é o próprio meio que faz com que não se dê tanta atenção, não se desprende tanto tempo para com as crianças, Mas é isso sim, que teria que ser, se calhar os pais poderem ter horários mais aproximados dos horários escolares, terem mais disponibilidade ao fim de semana, que a escola também não os pode receber. Portanto, acho que por aí, se calhar conseguiríamos que a família tivesse mais tempo para disponibilizar às crianças e jovens. Respondendo agora ao sr. Domingos Coelho, em relação ao número de crianças e jovens brasileiras, pois acontece porque residem em Albufeira. Nós só trabalhamos dentro do concelho. Quero acreditar que, haja uma maior emigração dessa nacionalidade, não sei. Que há mais em relação às outras, como falei, temos vinte e oito nacionalidades diferentes, é a mais expressiva, porque provavelmente também é mais expressivo o número destas famílias no concelho de Albufeira a trabalhar, quero eu acreditar que seja por aí. Do que foi possível observar, não temos uma grande distinção a nível das problemáticas. Portanto, no conjunto de todas, cento e vinte e oito são de nacionalidade brasileira. Não consigo explicar de uma melhor maneira que seja mais em violência doméstica, seja mais em comportamentos, seja mais em maus-tratos, o total refere-se a isto. E, porque também quero acreditar que, há muitas pessoas de nacionalidade brasileira em Albufeira. Depois, quando refere no termo de delinquência juvenil, nós, a problemática na nossa comissão, o que vem na lei são comportamentos desviantes, que vai se aproximar do que disse, mas a designação pelos comportamentos que acontecem, a designação correta utilizada, o termo são comportamentos desviantes. Não temos outra maneira de, se calhar as forças policiais poderiam aqui dizer alguma coisa agora, no nosso relatório, na maneira como nós fazemos a categoria da problemática é por comportamento desviante. É com a qual trabalhamos, mesmo que quiséssemos também não podíamos alterar, porque as designações são estas. Agora respondendo ao sr. Nelson Cachita, constrangimentos, temos constrangimentos, como eu referi o facto de, por exemplo, eu não ter os comissários que são obrigatórios pelo nosso volume processual, cumprirem os tempos de afetação, já é um constrangimento. Mas aí são as entidades, porque é assim, a comissão é a composição de várias entidades, na restrita, que é quem trabalha os processos, temos o município, a educação, a Segurança Social, as IPSS e a Saúde e, duas delas não disponibilizam mais tempo. Portanto, o expectável era que, fossem trinta e cinco horas cada elemento destes, que é o que a lei diz, mas se a entidade não permite, vem condicionar muito o trabalho. Sim, muito, muito. Mas pronto, nós damos o nosso melhor com a equipa fantástica que tenho. Se fosse possível, era muito bom, teríamos outra qualidade de trabalho. Mas pronto, nós trabalhamos com o que temos. E, quanto a isso, já foi feito pedidos, a resposta é que não é possível. Em relação à doutora Helena Palhota, sim em tempos, o projeto “Ser Prevenção”, havia ideias muito boas que nunca chegaram à prática, com muita pena. Essa casa sim, poderia ser aqui uma mais-valia para as famílias e para as crianças. Assim, como também tinha se falado na questão da hotelaria, poder dar resposta para crianças pequenas, haver um sítio que as crianças pudessem estar num espaço enquanto os pais e as mães trabalham, porque, como disse muito bem, muitas vezes são os dois progenitores afetos na mesma hotelaria e, depois gerir folgas e horários é muito complicado. Mas nunca se conseguiu levar a bom termo. Com muita pena nossa. Era uma mais-valia, e esta casa, sem sombra de dúvida, porque se formos ver, mesmo a nível de ocupação dos tempos livres, nós

identificamos, por exemplo, o jardim de infância tem as CAF, que conseguem prolongar mais do que o horário e aproxima-se ali dos horários dos progenitores e pode ir até às dezanove horas, dependendo da carga horária dos progenitores. Nas escolas primárias, temos as atividades de enriquecimento curricular e atrevo-me a dizer que, quase todos, se não estou em erro, quase todas as escolas primárias têm um ATL, que para além dessas atividades ainda é prolongado mais o tempo também até às dezanove horas. Quando chegamos ao segundo, terceiro ciclo, secundário não há resposta, não há resposta em lado nenhum. Nós temos o GAJ, que faz algumas atividades nas interrupções letivas e quero acreditar, não quero aqui falhar, que está aberto durante o período do horário escolar. Só que, o que tínhamos falta era dar resposta depois do horário escolar, que é quando temos os pais a trabalhar e, nós não temos resposta nenhuma. As famílias que têm mais condições e que podem aqui proporcionar, por exemplo, explicações sendo explicações, podem aqui, de alguma maneira, acautelar que as crianças e jovens estão ali salvaguardados. Fazem os trabalhos de casa, têm algumas atividades. Agora, quem não tem recursos que possa pagar não tem resposta também. Também é uma situação, uma fragilidade muito grande. Nós, mesmo que se queira encaminhar ou sugerir a um pai, não temos para onde, dentro do concelho, eu não tenho conhecimento onde possa ser dada aqui esta resposta. E, pronto, reforço, acho que, o que tinha falado em questão de casa e dos cuidados e da violência, acho que este vídeo explica muito bem o que é que está a acontecer com os jovens, quando expostos, é porque o nosso número mostra que a grande maioria dos jovens está exposto à violência doméstica. Isto traz consequências. Até pode não ser no imediato, mas chegará o momento.” -----

Ana Pifaro: “Boa noite a todos, quero em especial cumprimentar a Tânia, com quem tive o prazer de trabalhar durante alguns anos, a dar-lhe os parabéns, não pelo que se passou aqui hoje, mas por todo aquele trabalho que desenvolve com a sua equipa, que é difícil, é doloroso, e só quem já trabalhou nestas áreas é que sabe avaliar e dar valor àquilo que vocês fazem todos os dias. Eu preparei a minha intervenção aqui e, antes do vídeo passar e, vou tentar ser o mais rápida possível, porque não é nada técnico, é aquilo que me preocupa enquanto cidadã deste concelho, enquanto mãe de uma criança de nove anos. E, vou só dar aqui um exemplo que a maior parte de vocês desconhece, naquilo que foi a minha vida profissional quando eu comecei a trabalhar, há vinte e dois anos trabalhei durante dois anos na APAV e fiz um trabalho junto das escolas do segundo ciclo em que Albufeira, por acaso não estava incluída, sobre a violência doméstica e o que é facto é que, a violência doméstica faz parte da nossa cultura. E, eu vejo que vinte e dois anos depois, muito pouco mudou. Nós corremos, eu e as colegas que me acompanhavam, corremos o Algarve de forma transversal, sob o lema de que entre marido e mulher mete-se a colher. E, o que é facto é que, vinte e dois anos depois, a maior parte das nossas crianças e das nossas famílias continuam a achar que a violência doméstica é um assunto pessoal e do seio familiar. E, nós mesmos, cidadãos, vizinhos, infelizmente, pouco mudou e o que é certo é que, quando os casos chegam à CPCJ, a criança ou o adolescente já passou toda a sua vida numa forma de violência, seja ela física ou psicológica e algumas das vezes, de ambas as formas. Isto quer dizer que, obviamente a CPCJ não tem esse poder, mas o trabalho é preciso ser feito muito antes das crianças chegarem à escola. O trabalho é preciso ser feito naquilo que nós somos enquanto sociedade. E, isto leva-me a dizer que, vinte e dois anos depois, tudo se agravou porque,



infelizmente, as redes sociais também vieram contribuir para que muito se agravasse. E, eu fazia um apelo à CPCJ, fazia um apelo ao município, fazia um apelo aos agrupamentos que, de uma vez por todas, nós sejamos conscientes e devemos perceber que os telemóveis não devem ser utilizados na escola. Que infelizmente muitos dos miúdos quando saem da escola é o único entretenimento que têm, porque os pais trabalham, porque ficam entregues a eles próprios, principalmente a partir do segundo ciclo. Mas como eles passam tanto tempo na escola, eu acho que de uma vez por todas tem de haver coragem de estarmos todos ao mesmo nível. E, não é uma escola permitir e outra não permitir, porque depois troca-se o menino de escola, porque o menino prefere ir para aquela escola, porque naquela escola se pode usar telefone ou numa escola são mais rigorosos que outras. Acho que isso é uma responsabilidade que nós temos de ter enquanto pais, enquanto professores, enquanto cidadãos. Porque de facto, acho que as redes sociais vieram aumentar todos os problemas que já existiam. E, na infância e na adolescência ainda mais. Se calhar deixava aqui um desafio à CPCJ, que pense numa forma de intervir semelhante a este tipo de programas que se fazem pelas escolas, principalmente no segundo ciclo. Porque eu ainda continuo a achar que no primeiro ciclo ainda existe algum tipo de proteção a nível de escola. As escolas são mais pequenas, os professores são mais atentos, os auxiliares conseguem conhecer melhor os alunos que frequentam. A partir do segundo ciclo isso torna-se tudo muito mais complicado de gerir. Eu ainda sou do tempo em que o segundo ciclo era separado do terceiro ciclo e da secundária. Hoje, com essa junção entre crianças entre os dez anos e os dezasseis ou dezassete, torna tudo ainda mais complicado. Por isso eu acho que, tem de haver trabalho em todos os ciclos da infância. Mas eu penso que, o segundo ciclo é de facto, uma fase primordial daquilo que é a criação de consciência e de princípios fundamentais nas novas gerações que estamos a criar.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, apresento os meus cordiais cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, à Senhora Presidente da CPCJ, aos membros da Comissão também aqui presentes. A minha intervenção vai ser dividida em três partes. Primeira parte quero dar os parabéns à CPCJ, porque realmente é de uma generosidade sem qualificação o trabalho que fazem, todo o empenho e dedicação que têm esta causa e com os meios que também dispõe, que são parcos. A segunda questão é controversa, já todos falámos aqui, mas eu vou ser um bocadinho mais incisiva. O vídeo realmente espelha a nossa sociedade. A nossa sociedade, neste momento, está desprovida de valores. Não há empatia, não há generosidade, não há amor pelo próximo, não há cuidado, não há zelo. O que é que temos hoje? Hoje temos muitas das reações de sequência das ações. O que é que isto quer dizer? Isto quer dizer que todos nós, enquanto cidadãos, somos responsáveis pelo que está a acontecer. A mensagem que nós estamos a passar às nossas crianças, aos nossos jovens, é uma mensagem errada. Não há referências, não há proximidade. E, eu falo aqui como cidadã, como profissional e como também representante e em funções públicas. Nós estamos expostos e temos o dever e obrigação de dar o exemplo. Nós temos de dar o exemplo de que, há regras a cumprir. Não se pode fazer porque vai magoar, porque vai prejudicar, porque vai seriamente condenar aquela pessoa. A nossa sociedade está doente. E, realmente penso que temos de refletir muito e além de refletir, porque refletir todos refletimos, temos que agir. Acho que é urgente agirmos e tomarmos



medidas sérias. Cada um de nós, na sua vida pessoal, profissional e enquanto cidadãos. A terceira é uma questão. Em que medida é que, esta Assembleia e o Município, o Executivo poderá ajudar melhor o desempenho da atividade da CPCJ? Preocupou-me que no relatório viesse mencionado que as instalações são inadequadas. Há falta, pelos vistos, de recursos físicos, de edifício, há falta de recursos humanos, e realmente quais são as necessidades e em que medida é que temos que agir? Isto é uma questão muito concreta e gostaria que também fosse muito clara.” -----

Presidente da CPCJ: “Respondendo à Dra. Ana Pifaro, a questão do telemóvel, eu estava em crer que em todos os agrupamentos estava proibido o uso de telemóvel, não tenho conhecimento de nenhuma escola que permita que as crianças utilizem o telemóvel. Dra. Ana agora não está, então respondendo à Dra. Carla Vieira, em que medida é que poderíamos aqui melhorar o nosso desempenho? Realmente e, como foi feita referência no nosso relatório, as instalações seriam aqui uma mais-valia, isto porque quando a comissão iniciou lá, se não estou em erro, será há uns treze, catorze anos, o número de técnicos era menor porque o volume processual também era menor. Entretanto, os volumes têm indo aumentando e, temos conseguido ir recolhendo mais técnicos para a comissão. Neste momento, as salas que estavam preparadas para ter um técnico têm dois técnicos. Portanto, a nível de espaço já é muito complicado. A nossa sala de reuniões que era mais ampla, porque tem uma cortina de correr elétrica, tem de estar fechada para poder receber numa parte um outro técnico para poder trabalhar. Portanto, essa parte é muito, é muito complicada. As novas exigências a nível da Comissão Nacional também dizem que todas as comissões e, já há comissões a terem esta situação ultrapassada, é uma sala de audição. Neste momento nós não temos espaço físico para preparar uma sala adequada, colorida, com alguns brinquedos, para poder ali ouvir a criança, conseguir cativá-la, desmontar ali um bocadinho do que é vir à comissão, estar ali com duas pessoas que também é imprescindível para o nosso trabalho, que nós não temos. Portanto, eu não sei daqui quem é que possa conhecer as nossas instalações. Mas, por exemplo, não temos um sítio condigno para receber as pessoas, temos um corredor muito estreitinho onde ficam ali todos. Reparem que nós temos cinco gabinetes, para atendimento e, já tem acontecido estarem quatro famílias a aguardar o seu atendimento. Portanto, imaginem num espaço tão reduzido ter ali famílias com crianças, com crianças maiores, com crianças mais pequenas. Depois, o facto da sonorização não ser a melhor, não nos dá ali privacidade. O que acontece, se estiver uma família a fazer um atendimento na sala de reuniões, mas se houver duas famílias à espera de que o outro técnico a chame, quem está no corredor, quase consegue ouvir tudo, por muito cuidado que tenhamos, não é fácil ultrapassar. Outro constrangimento que começámos a sentir mais este ano, nós já estávamos despertos para isto, mas este ano, é a questão de, serem necessários dois administrativos. O volume processual é muito grande. Entre dar entrada de toda a documentação que me chega, email, digitalizar, carimbar, organizar nos processos, passar a informação, ir ao correio, ir buscar material, passar recados, enviar emails, preparar toda a documentação que sai da comissão e não é pouca para o Ministério Público, que tem prazos e, que precisamos que se consiga cumprir. É um constrangimento, este ano porque o nosso volume processual está muito grande, já. Porque, por exemplo, mesmo que nós, a nível de Comissão Alargada quiséssemos aqui sensibilizar a comunidade e, se calhar pensar em arranjar um ou dois cooptados que nos pudessem apoiar, eu não tenho espaço físico para acolher essas pessoas.



Porque temos falta de técnicos, poderíamos fazer este pedido passando pela cooptação, só que depois eu não tenho onde colocar. Portanto, não é viável eu estar a pedir colaboração quando eu depois não tenho um sítio para sentar a pessoa e, não tenho equipamento para a pessoa poder trabalhar. E, porque depois, tornava-se também impossível de colocar toda a gente na nossa sala de reuniões. Neste momento é confortável porque ainda não está muito calor. Estamos todos à volta de uma mesa comprida, somos nove às quintas-feiras, que é a nossa reunião de restrita, onde se juntam todos os comissários, apoios técnicos para deliberar e fazer instauração de processos, e o espaço é mini, mini, mini. Socorremos de cadeiras para poder apoiar os processos, porque a mesa está completamente cheia. Portanto, a questão dos recursos humanos e a questão das instalações era o que poderia aqui fazer com que o nosso trabalho pudesse fluir de uma melhor maneira. Partilhar, para quem não sabe que, as nossas reuniões da alargada, que são mensais, neste momento estão a acontecer na Junta de Freguesia de Ferreiras, porque nós não temos espaço para receber os comissários na nossa Comissão. Já não falamos na questão do estacionamento, que no sítio onde é, é muito complicado estacionar. Portanto, tantos elementos, a grande maioria com carro próprio, como é normal, não é possível. Portanto, já há algum tempo que as nossas reuniões são sempre no exterior, pedimos sempre a colaboração às Juntas de Freguesia para nos apoiarem, porque é humanamente impossível acolher. Para responder à Dra. Ana, como estava a dizer, a questão do telemóvel desconheço que existam escolas em que seja permitido o uso dos telemóveis. Portanto, se aconteceu alguma situação, não é permitido o uso. Não quer dizer que, as crianças não consigam utilizar dentro do espaço e infringir o regulamento, porque já recebemos comunicações de infrações, porque não é permitido o uso, mas levando para a escola utilizam inadequadamente. Chegou a Dra. Ana, estava a responder à questão dos telemóveis, que não tenho conhecimento de escolas em que seja permitido o uso durante o horário escolar, que possam manusear, não tenho conhecimento. Contudo, também disse que já me chegaram comunicações de uso do telemóvel dentro do recinto, portanto infringindo aqui o regulamento interno da escola e o estatuto do aluno. Em relação a como pensar intervir a nível do segundo ciclo, eu acho que, a sugestão passa por ações de sensibilização, temos que falar. Eu quero acreditar, não sei se é a melhor expressão, muito do que os jovens reproduzem, reproduzem porque estão a reagir em espelho. Se em casa é este o comportamento, eles vão reproduzir porque isto é o normal na casa deles. Se isto depois entra em conflito com o comportamento desejável e, se vai aqui ferir o comportamento do outro, a maioria, quando reage, reage porque isto em casa é normal, porque há um dos pais que é permissivo e que permite que haja esta violência. Isto depois vai se reproduzir. Portanto, isto tem de ser falado. E, se calhar, começar mesmo é no pré-escolar e mostrar o que é que se pode, o que é que não se pode. E a sensibilização tem de começar da idade mais tenra, idade mais tenra que nós temos é a nível do pré-escolar. É claro que, vai se refletir mais os comportamentos, por exemplo, como enunciou bem, a violência no namoro, só que isso não acontece só na idade da adolescência. Estas crianças em tenra idade já vêm assistindo a isto, por isso é que reproduzem. Portanto, se calhar aqui o importante seria começar a trabalhar a nível do pré-escolar, atividades, muitas atividades e se calhar porque não, atividades em que possamos juntar também os pais em família, crianças e pais, acho que poderia aqui ter aqui outro impacto.” -----



Desidério Silva: “Boa noite, cumprimento a Mesa, digníssimos deputados municipais. A minha intervenção não é bem de pergunta, mas venho aqui essencialmente para vos dizer que a minha experiência de Associação de Pais durante vinte anos, a minha vida autárquica e agora, enfim, o envolvimento com as minhas netas e com todo este processo familiar, leva-me a vos dizer o seguinte, eu conheço a CPCJ desde sempre. E, acho que muita gente, mas muita gente mesmo, não sabe qual é o trabalho da CPCJ. Não tem informação, desconhecem, desqualificam, quando a CPCJ tem um trabalho notável, tem um trabalho que é difícil fazer, cada processo tem suas características, mas há processos muito complicados. E, aqui o que me parece é que, há falha de outras entidades no contexto da interligação, para que os processos possam andar mais rapidamente. Portanto, eu acho que, é essa necessidade, que é preciso alertar, é preciso, com certeza, chamá-los mais próximo, porque se a Comissão Restrita e depois a Comissão Alargada que enfim, que tantas vezes tem que ter decisões tão difíceis e, tão complicadas e, que, muitas delas acabam no tribunal e vêm de famílias, enfim, sejam elas alargadas ou sejam mais restritas, mas é como disse a Tânia, é o espelho, é aquilo que se aprende em casa. E, também me parece que é necessário que haja mais recursos humanos, não só da CPCJ que já todos falaram, mas particularmente nas escolas, porque além da dificuldade dos professores, há também muitos assistentes técnicos ou técnicos auxiliares que não dão resposta ao número de crianças que andam nas escolas do concelho. Portanto eu diria que, vim aqui mais para valorizar o papel da própria Comissão e dizer-vos que esse trabalho é um trabalho que devia ser também conhecido e valorizado por uma comunidade que é muito grande, mas que às vezes põe em cima da CPCJ responsabilidades que não tem pelos poucos meios têm, quer físicos, quer em termos de pessoal.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Olhos de Água: “Muito boa noite a todos, excelentíssima senhora Presidente da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados e aqueles que nos assistem lá em casa. Bom, após aquilo que ouvimos aqui e, não saí da faculdade e do secundário assim há tantos anos quanto possam parecer, e aquilo que eu assistia quando havia um comportamento desviatório, como assim está designado, e agora faço em tom de questão, porque não sei mesmo, era que esses alunos que tinham esse tipo de comportamento, eram sancionados com aquilo que é um serviço comunitário. E, nós, Juntas de Freguesia temos sempre vários problemas, tanto com colaboradores e, eu acho que nós poderíamos ser aqui um parceiro da CPCJ e, inserir estes jovens com alguns comportamentos desviatórios a fazerem este serviço comunitário. Indo de encontro àquilo que a deputada Ana Pífarro disse, em relação aos telemóveis, eu acho que, o que ela quis dizer foi a proibição de entrada dos telefones nos recintos escolares. Porquê? Porque os telefones vão dar origem a que nos intervalos, há falta de funcionários que as escolas têm, não conseguem controlar aquilo que acontece. E, quando existe alguma pancadaria, a primeira coisa que vão fazer é puxar de um telefone para filmar e difundir nas redes sociais. Portanto, se nós proibirmos a entrada dos telefones nos recintos escolares, poderá ser um ponto de partida. Porque depois já não vão ter ninguém que vai assistir aqueles vídeos e que “uau, tu és o maior”. Portanto, eu acho que, isso é um ponto de partida. E, deixo também aqui, em tom de sugestão, porque acho que tudo tem solução, e eu também já assisti a



várias situações enquanto andava na escola e o serviço comunitário para muitos colegas meus na altura fez efeito e deixaram de ter comportamentos desviatórios.” -----

Nelson Cachita: “Eu queria trazer também, porque hoje a Assembleia parece mais uma conversa e ainda bem, gostava de trazer também, mais o senhor Presidente um bocado à conversa para responder. Não é responder, é tentar perceber o que é que a doutora Tânia e o senhor Presidente da Câmara acham de uma escola profissional em Albufeira. Porque hoje em dia, fala-se muito no insucesso escolar, no abandono escolar e, o que é certo é que, há muitos jovens que não reconhecem no ensino regular uma saída viável para eles. E, falou-se há bocado em quebrar o ciclo. Esta escola profissional pode ser o quebrar do ciclo, porque é certo, eu tenho dois filhos e, claro, toda a gente quer que eles sejam médicos, professores, engenheiros, arquitetos, tudo e mais alguma coisa, mas o que é certo é que tem de haver pedreiros, tem que haver canalizadores, tem que haver eletricitas. E há muita gente que, ou por falta de dinheiro, digamos assim, pode não ter possibilidade de ir para a universidade. Há muita gente que pode não se identificar com o ensino regular e ter ali uma saída viável para o seu futuro. E isso pode ser uma forma de um jovem que está no ensino regular e que não tem aproveitamento, isso vai lhe criar frustração e a frustração, digo eu que não sou psicólogo nem nada que se pareça, que poderá ser um gatilho para os tais comportamentos desviantes. Ora, um sítio em que ele possa identificar como um sítio onde ele pode ter sucesso, pode fomentar a tal quebra do ciclo. Essa escola não tem que ser obrigatoriamente um investimento da Câmara, pode ser um investimento repartido por várias entidades, por fundos europeus, apoio de entidades privadas que vão usufruir dos tais jovens que têm uma função diferente, uma profissão diferente e pode ajudar os jovens a ter um futuro diferente do que insucesso escolar.” -----

Presidente da CPCJ: “Começo por agradecer às palavras ao senhor Desidério Silva, por reconhecer o nosso trabalho e as nossas condições. Passando ao Senhor Cláudio Marujo, a questão do serviço comunitário, só pode ser atribuído via judicial. Só um titular educativo é que pode determinar, dependendo do tipo de ação que esse jovem venha a cometer, só o tribunal é que pode aqui decidir por um serviço comunitário. Nós CPCJ, não fazemos isso. Nós aplicamos medidas onde tem cláusulas, onde comprometem os jovens, dependendo do tipo de situação que deu origem a instauração de processo, da mesma maneira que comprometemos os progenitores, mas nunca passa por este tipo de serviço comunitário. Até porque, nem nas escolas, muitas vezes conseguem implementar determinadas tarefas, se é que posso dizer, quando os alunos excedem os seus comportamentos, nem a própria escola consegue. Mas fiquei muito atenta e registei a sua disponibilidade para colaborar. Portanto, ficou aqui registado. Passando agora para o senhor Nelson, sim, a escola profissional seria aqui uma mais-valia. E, já nos tem acontecido jovens que no ensino regular estão completamente desmotivados e, que até gostariam desse tipo de resposta. Mas Albufeira está um pouco voltada para a questão do turismo e para a parte hoteleira. Portanto, muita da resposta que há a nível do profissional seja pastelaria, restauração, bar e mesa, embora já existem outras opções a nível de estética, a nível da proteção civil, acho que, de dois em dois anos, abre uma turma de ação educativa. Portanto, já há aqui uma resposta. Mas sim, eu acho que uma escola profissional que pudesse aqui direcionar jovens para as profissões mais práticas, como disse e bem, técnicos de frio, que pode dar aqui uma boa resposta à parte hoteleira, canalizadores, a parte das

madeiras. Um dos interesses, que os nossos jovens nos manifestam, é a nível da mecânica e da eletrónica e, muitas vezes nós temos que os encaminhar para Loulé, porque Loulé tem o curso de mecatrónica e já aconteceu nós darmos a sugestão de irem estudar para esse curso. Nós já tivemos uma profissional na Marinha, mas também era mais voltada para a área da hotelaria. Portanto, eu quero crer que, era uma mais-valia se conseguíssemos, sabendo que estas áreas a nível de implementação nas escolas, eu não estou a dizer que, é impossível, mas é muito complicado, pela própria logística, o tipo de professores, o tipo de materiais que são necessários para, depois os próprios estágios. Porque o ensino profissional, requer sempre, depois o estágio inicial e depois a prática, mas a construção de uma escola que pudesse dar resposta a outro tipo de cursos, eu acho que era uma mais-valia, porque os que existem já é de conhecimento de todos. Eu acho que sim, seria uma boa aposta se conseguisse. Não sei precisar o nome da escola, eu penso que é de Odemira, se não me falha, mas que todos os anos tem o seu stand no Opto, uma escola profissional voltada para a agricultura e onde também técnico de mecânica, qualquer coisa dentro dessa área que é assim bem diferente do que costumamos habitualmente ter.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Muito boa noite a todos, devo vos dizer que para mim e, penso que, para todos nós, estamos a falar de um tema de abordagem difícil e de solução difícil. Não há aqui outra forma de ver esta situação da proteção dos jovens, que é o que compete também a todos nós, mas também à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em ter em conta o bem-estar, a segurança, a saúde de todos os jovens e em particular aqui os de Albufeira. Estamos a falar de um tema forte, porque estamos a falar de violência doméstica, estamos a falar de absentismo escolar, estamos a falar de comportamentos desviantes e antissociais, estamos a falar de negligência, estamos a falar de abuso sexual. E, são temas muito, muito pesados. São temas pesados, que já há muitos anos estamos a tentar arranjar soluções, mas que os números nos indicam que de ano para ano aumentam. Este é efetivamente um problema muito grave para a nossa sociedade. Não sei quais são as causas, não conheço todas as causas, o que é certo é que, temos que arranjar soluções para estas crianças e ajudar também a CPCJ a arranjar soluções para esta situação. O que é que eu penso que é fundamental? É fundamental a articulação em rede com as juntas, com o Gabinete de Apoio à Família, porque é no seio da família que muitas das soluções certamente serão encontradas, também com o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental, que também é importante neste processo, assim como os agrupamentos e toda a comunidade no geral, haver aqui um esforço para tentar resolver este efetivo problema na nossa sociedade e aqui em particularmente em Albufeira, que com as suas especificidades de um concelho ligado à hotelaria, que sabemos que uma boa parte dos jovens e vê-se pela incidência, também que são nos jovens entre os quinze e os dezassete anos e, que muitos destes jovens no verão não têm ou têm poucas atividades, embora já o município tenha as atividades do GAJ, para as faixas etárias menores também temos as Férias de Verão. Mas é insuficiente realmente, porque os números continuam a aumentar todos os dias. Além desta articulação, devo dizer uma coisa, eu visitei já as instalações da CPCJ e devo vos dizer que, em termos de instalações não têm as mínimas condições para fazer o trabalho que deve ser feito. E, isso é uma coisa que o município vai tentar encontrar soluções, é a falta de apoio de pedopsiquiatras, de psicólogos clínicos, a falta do espaço físico é fundamental, a falta da sala de audições, eu não sei



como é que conseguem fazer as audições naquele espaço, muito sinceramente, e a falta de recursos humanos, certamente, em áreas como os administrativos também certamente fará a diferença. Penso que, isto tudo em conjunto, somos capazes de conseguir que no próximo ano, talvez esteja a ser um bocadinho ambiciosa, mas em breve, digamos que num futuro próximo tínhamos outros resultados. Porque é realmente um flagelo na nossa comunidade.” -----

Presidente da CPCJ: “Dizer que sim, que já tivemos a visita da senhora vereadora, e que tive a oportunidade de mostrar o nosso humilde espaço onde trabalhamos, onde ouvimos as crianças e que ficamos muito expectantes pela possibilidade de vir a ter outro espaço, que nos pudesse acolher e também a questão dos recursos humanos também seria muito importante. Portanto, desde já quero agradecer.” -----

Presidente da Câmara Municipal: “Muito obrigado senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores vereadores, senhora Presidente da CPCJ de Albufeira, Dra. Tânia Baptista, também cumprimentar os membros da Comissão aqui presentes, cumprimentar as senhoras e senhores Presidentes de Junta, cumprimentar os senhores colaboradores da Câmara Municipal de Albufeira, a quem nos assiste lá em casa. Quero começar por agradecer a apresentação deste relatório e sobretudo, agradecer o trabalho que muitas vezes é silencioso, é exigente e tantas vezes invisível da CPCJ de Albufeira. Porque, quando falamos da proteção de crianças e jovens, não falamos apenas de estatísticas, falamos de vidas, falamos de famílias, de medos, de oportunidades. E falamos de futuro. Por aquilo que tive tempo de analisar, o relatório de dois mil e vinte e cinco é claro, porque demonstra uma capacidade de resposta superior, pelas minhas contas, oitenta e seis por cento. E, são números que demonstram trabalho, demonstram organização, compromisso, esforço, como aqui já foi dito, mas também são números que nos devem inquietar. Porque cada processo corresponde a uma criança, um jovem, uma família e é um sinal de alerta que a comunidade não pode e que não deve de ignorar. Este relatório deixa-nos três grandes mensagens, a primeira é que a rede, mesmo com limitações, funciona, ou seja, GNR, escolas, Ministério Público, Segurança Social, a saúde, as associações, as famílias, até a própria comunidade são hoje parte essencial desta proteção. A segunda é que os riscos, e isso aprendi, é que mudam com a idade. Nas crianças mais pequenas, a exposição à violência doméstica surge como uma preocupação central e na adolescência ganham expressão e os comportamentos de risco, o absentismo e a mesma própria indisciplina. A terceira é que o concelho de Albufeira é hoje um concelho com muita diversidade, com crianças e jovens de múltiplas nacionalidades. E, essa realidade exige aqui mais respostas, mais próximas, mais humanas e culturalmente melhor preparadas. Mas este relatório não deve e não pode servir apenas para tomarmos conhecimento. Deve servir para assumirmos responsabilidade. Foram identificadas aqui diversas fragilidades, a carga processual, a necessidade de mais técnicos, as respostas insuficientes em saúde mental, a mediação e as condições físicas de funcionamento, ou seja, reduzidas dimensões das instalações onde trabalham. O que vos posso dizer como Presidente de Câmara é que, vamos trabalhar nesse sentido, com as nossas limitações, também as temos, para arranjarmos aqui uma solução que seja melhor para a CPCJ de Albufeira. E como Presidente de Câmara, também posso afirmar com clareza que a Câmara continuará a apoiar e continuará a estar ao lado da CPCJ, respeitando a sua



autonomia, mas disponível para reforçarmos a cooperação, a prevenção nas escolas, o apoio às famílias, a articulação com as freguesias e a exigência de respostas públicas adequadas. Porque Albufeira não pode ser apenas um concelho de excelência apenas para quem nos visita, tem de ser, antes de tudo, um concelho seguro, justo e atento para quem aqui nasce, cresce e constrói parte do seu futuro. Quero terminar dando um agradecimento profundo à CPCJ Albufeira. Tinha aqui uma frase que eu acho que é a frase com que devo terminar aqui a minha intervenção. Porque proteger uma criança é proteger a dignidade de todo o concelho. Muito obrigado.” -----

Presidente da CPCJ: “Dizer ao senhor Presidente que, vamos ficar à espera, porque esse apoio fará toda a diferença no nosso trabalho. Tem de nos ir visitar, tem o convite desde janeiro, senhor presidente, quando tiver disponibilidade é passar, o horário diz, das nove às cinco, mas normalmente é sempre posterior às cinco. Então, eu também tenho uma frase para terminar. Primeiro, dizer que ficámos muito gratas por nos receberem aqui, é a primeira vez. Eu estou na comissão há sete anos, há cinco sou Presidente, e que tento fazer a apresentação do relatório, nunca foi permitido, portanto, a questão de nos receberem ficamos muito gratos por poder aqui mostrar a todos o nosso trabalho. E, termino com a nossa frase que é “serei o que me deres, que seja amor.” Se todas as famílias fizerem isto, este trabalho em casa, vamos ter crianças melhores, vamos ter uma sociedade melhor e se calhar a CPCJ quase que não faria falta no concelho. Partilhar convosco que das atividades que temos estado já a elaborar e não foram todas esplanadas aqui, vamos realizar porque o município está disponível para colaborar com um Peddy Paper que vai acontecer dia trinta de maio para crianças e respetivas famílias. Nós ainda não conseguimos tratar do cartaz e tudo o que é necessário para a boa divulgação do evento, mas depois faremos chegar ao senhor Presidente e conto com a participação, partilha do Peddy Paper, o primeiro Peddy Paper comunitário da CPCJ, com o lema “Missão, Família, Código de Proteção”. É o nosso lema. Obrigada.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigada senhora Presidente. Em meu nome e em nome da Assembleia Municipal quero agradecer mais uma vez a sua presença, a sua disponibilidade, assim como a Comissão Alargada e a Comissão Restrita aqui presente. Quero congratular a sua apresentação brilhante e por ter esclarecido de forma tão objetiva e tão concreta as questões que foram colocadas aqui pelos membros da Assembleia Municipal. Por fim, quero agradecer todo o vosso trabalho, o vosso contributo, a vossa sensibilidade, a vossa dedicação e a vossa preocupação em prol das nossas crianças, em prol dos nossos jovens que são o futuro do nosso concelho de Albufeira. O meu obrigada.” -----

Nada mais havendo a discutir, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. - Albufeira, 21 de abril de 2026 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

Relatório Anual



Caracterização da Atividade Processual do Ano de 2025

1

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albufeira

Aprovação em Plenário da Comissão na sua Modalidade Alargada

Albufeira, 29 de janeiro de 2025



2

Documentos de referência



- ✓ Constituição da Comissão
- ✓ Instalações e funcionamento
- ✓ Atividades
- ✓ Atos de colaboração
- ✓ Reuniões
- ✓ Caracterização processual





Caracterização Processual 2025



3

Introdução

A CPCJ é uma instituição que atua na proteção de crianças em situação de perigo, com autonomia funcional e base legal na Lei n.º 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

A apresentação do Relatório Anual de 2025 tem como objetivo sistematizar a atividade processual e garantir a transparência da sua intervenção. Através da análise detalhada de dados como o fluxo de processos, o perfil sociodemográfico das crianças/jovens e as tipologias de perigo, o documento serve como um diagnóstico essencial para fundamentar o Plano de Ação de 2026, assegurando uma estratégia futura mais eficaz e focada no superior interesse da criança na comunidade local.

Caracterização Processual - 2025



4

Processos Abertos (731)

Cessação de intervenção (451)

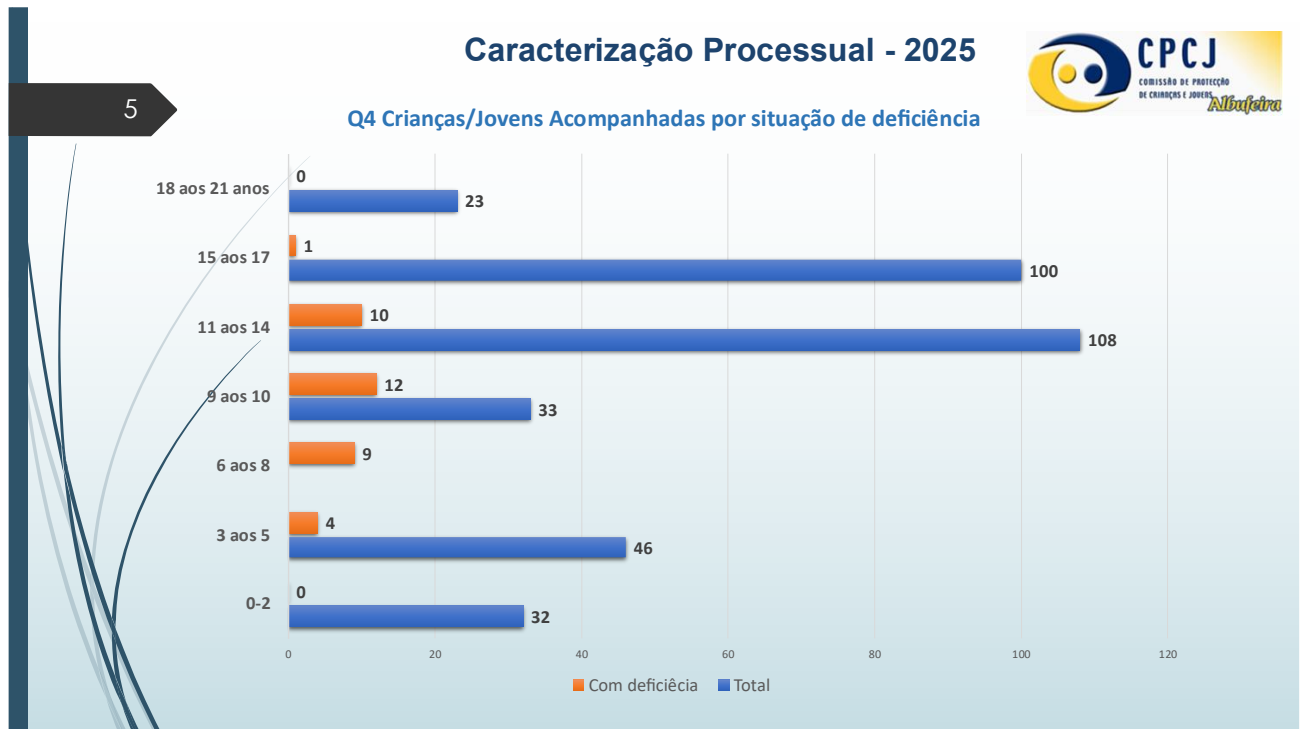
Entrada de processos



Saída processos



Volume processual global: 645
Total de Processos Ativos: 280





6

Caracterização Processual - 2025



Q5 Crianças/Jovens Acompanhados por Nacionalidade



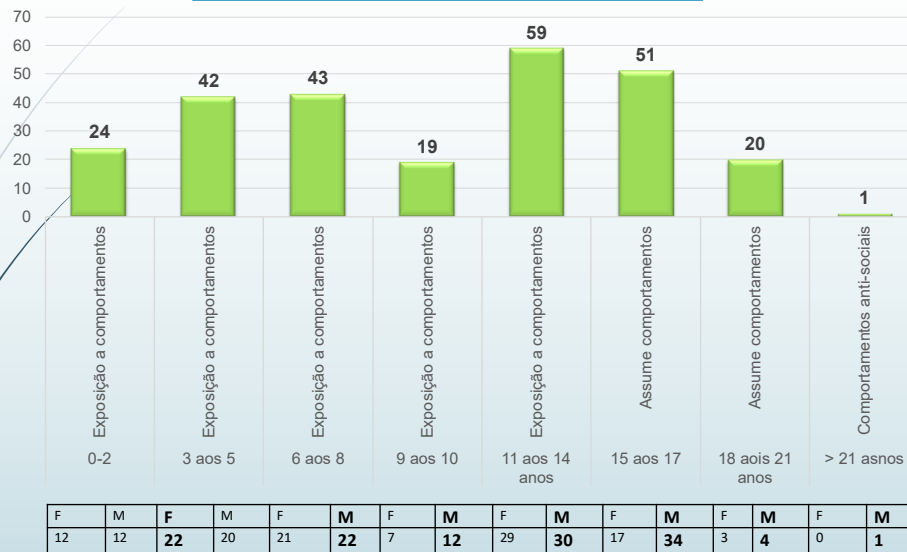
País	N.º Processos
Alemanha	2
Angola	1
Brasil	128
Cabo Verde	5
ESPAÑA	4
GUINÉ-BISSAU	9
GUINÉ	4
ÍNDIA	16
MOCAMBIQUE	3
Moldávia	3
Países Baixos	3
Portugal	411
REINO UNIDO	3
Ucrânia	15
Senegal	3
OUTROS	16
Desconhecida	6
	632

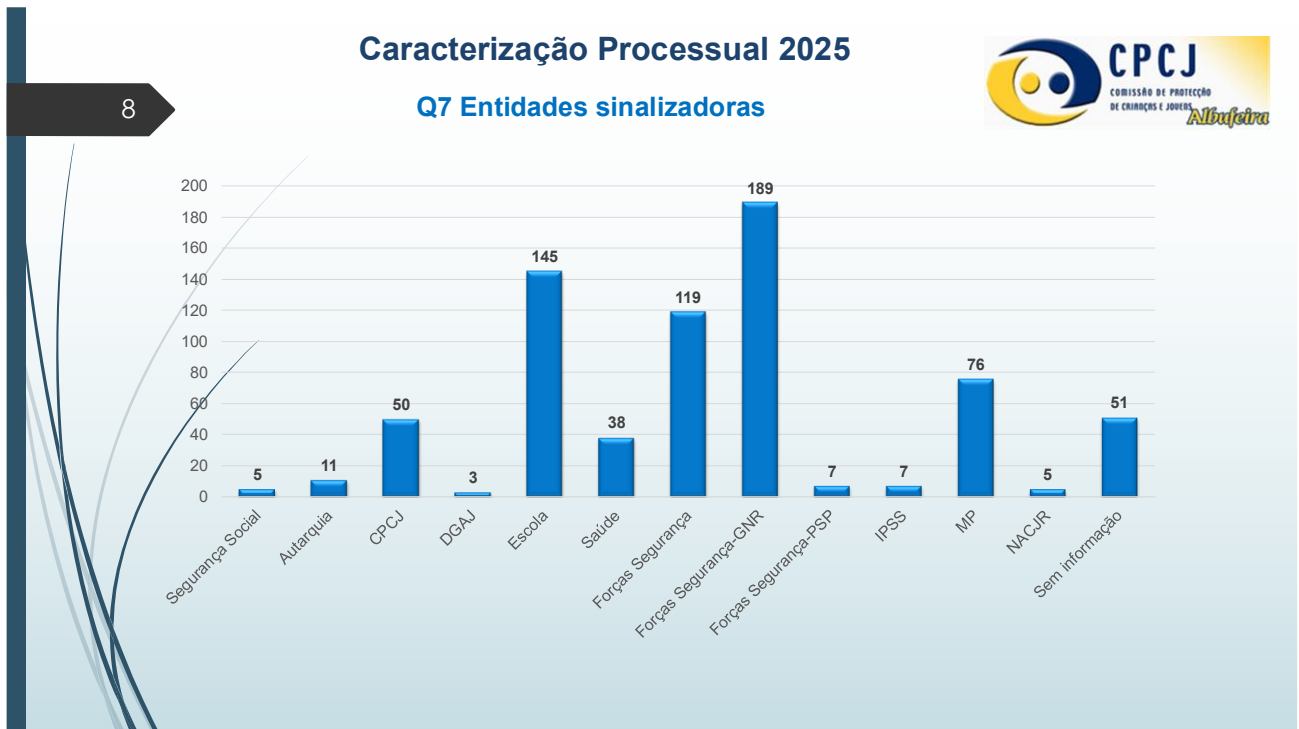
7

Caracterização Processual 2025



Q6 Problemática sinalizada – escalão etário

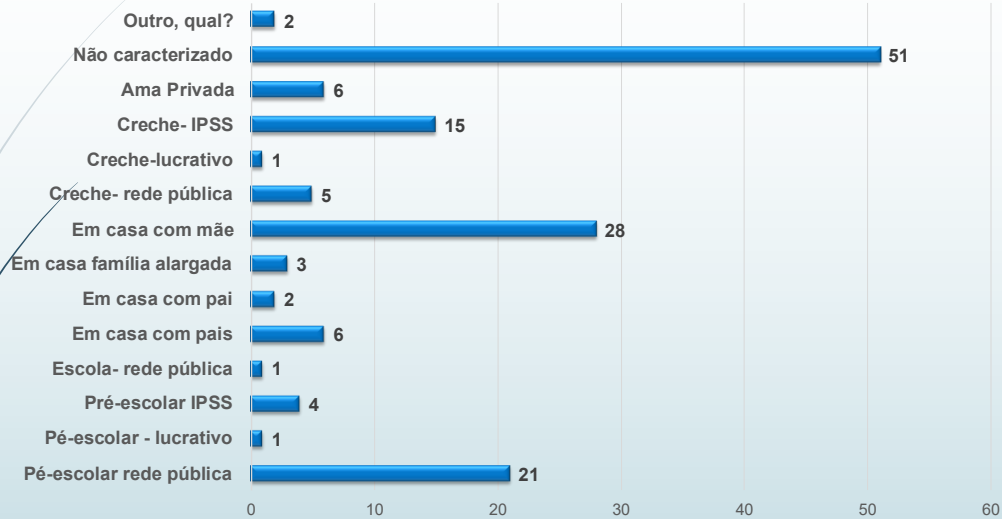




10

Caracterização Processual 2025

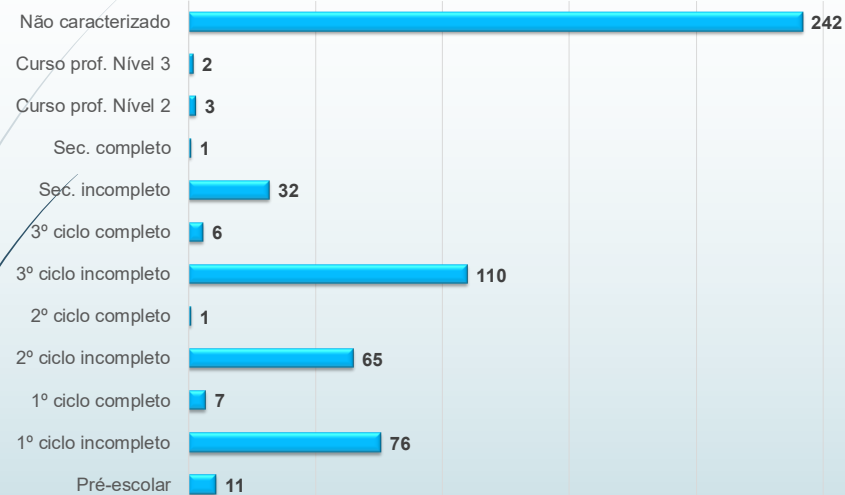
Q9- Criança dos 0 aos 5 acompanhadas por apoio Pré-escolar



11

Caracterização Processual 2025

Q10 Crianças acompanhadas dos 6 aos 21 anos por escolaridade



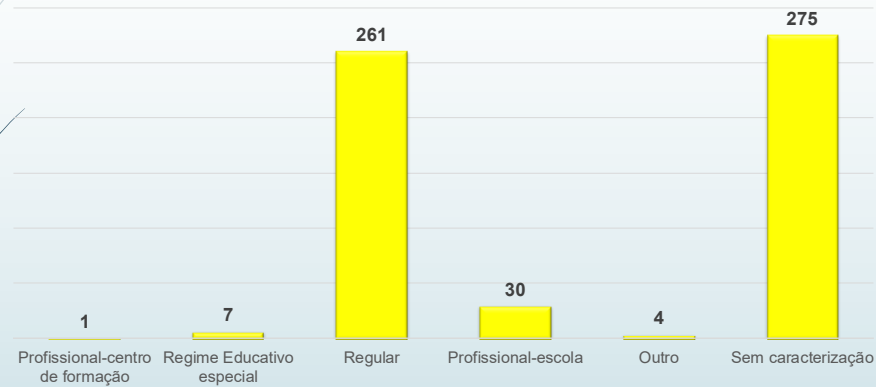


12

Caracterização Processual 2025



Q11 Crianças acompanhadas por modalidade de ensino

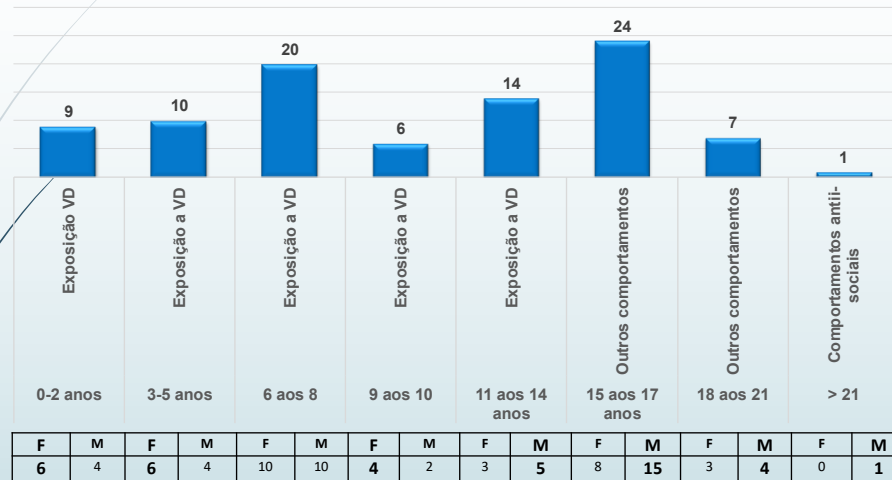


13

Caracterização Processual 2025



Q12 Crianças acompanhadas por idade/sexo e problemática diagnosticada



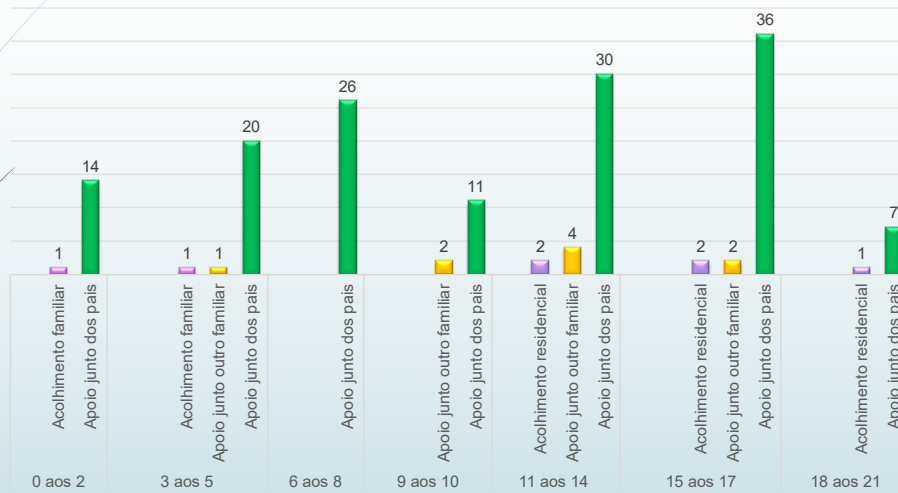


14

Caracterização Processual 2025



Q 13 Medidas de promoção aplicadas em 2025

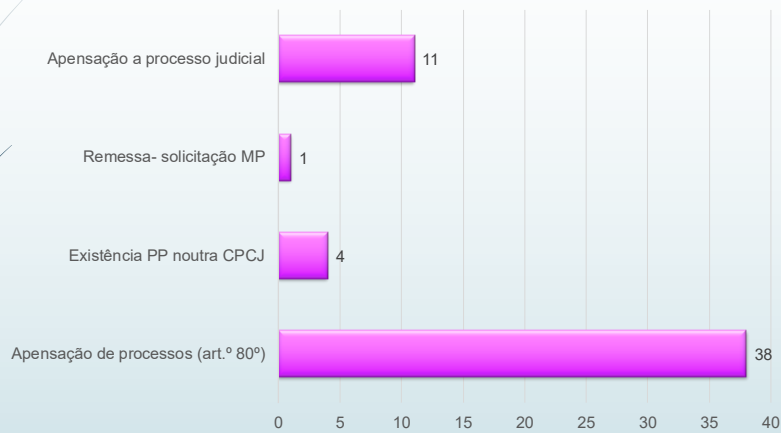


15

Caracterização Processual 2025



Q16- Processos arquivados liminares por motivo



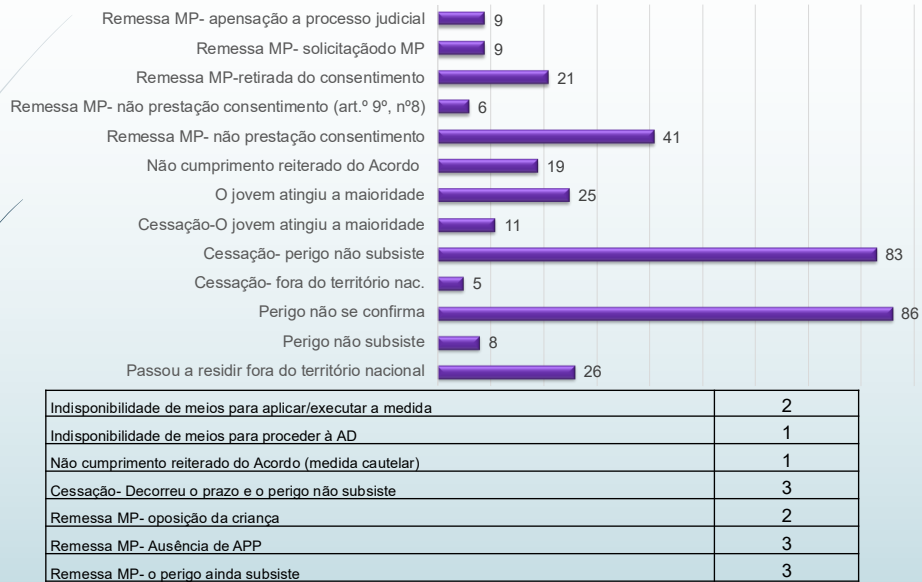


16

Caracterização Processual 2025



Q16- Processos arquivados/cessados pós liminares por motivo



17

Caracterização Processual 2025



Q21 Atos de colaboração

Recebidos



Enviados



18

Caracterização Processual 2025

Análise estatística por Freguesia do Concelho de Albufeira



Freguesia	Total de Casos	Género Dominante	Problemática Principal	Foco Etário Crítico
Albufeira e Olhos de Água	173	Masculino (51%)	Assume comportamentos/exposição a comportamentos/ VD	15 aos 17 anos
Ferreiras	40	Masculino (60%)	Exposição a comportamentos/ Violência Doméstica	15 aos 17 anos
Paderne	22	Feminino (59%)	Exposição a comportamentos/ Violência doméstica	0-5 e 15-17 anos
Guia	17	Masculino (65%)	Maus Tratos / Exposição a comportamentos	11 -14 anos

19

Caracterização Processual 2025



O concelho de Albufeira exige uma intervenção em matéria de promoção e protecção dos direitos das crianças/jovens, em duas áreas:

Preventiva e Protetiva: Focada na primeira infância (0-5 anos), para travar ciclos de violência doméstica.

Mediação e Inclusão: Focada na adolescência (11-17 anos) para gerir comportamentos de risco e apoiar a integração de jovens, de diversas nacionalidades, com especial atenção às crianças do sexo masculino na zona urbana e feminino na zona rural.

Observações Chave da Análise:

1. Dinâmica de Género: O sexo masculino predomina nas zonas mais urbanas (Albufeira e Ferreira), especialmente na adolescência. Paderne destaca-se como a exceção, apresentando uma maioria de crianças/jovens acompanhados do sexo feminino.
2. Idade e Problemáticas: A Violência Doméstica é a principal tipologia de perigo nas crianças mais jovens (0 aos 5 anos), enquanto os Comportamentos de Risco assumem maior relevância à medida que as crianças/jovens atingem a faixa dos 15-17 anos.
3. Respostas Institucionais: Em todo o concelho, observa-se o primado da preservação familiar, sendo o Apoio Junto dos Pais a medida de promoção e protecção mais executada, em detrimento do Acolhimento Residencial e do Acolhimento Familiar, cuja incidência é residual.



Caracterização Processual 2025



20

Orientações para o PAA de 2026

Para a estruturação do Plano de Atividades de 2026, é fundamental clarificar as competências de cada modalidade da CPCJ, garantindo que a resposta à complexidade multicultural e aos riscos identificados (violência doméstica e comportamentos de risco) seja eficiente.

Intervenção Diferenciada: Adaptar a linguagem e a abordagem técnica conforme o contexto (ex: abordagens mais preventivas com rapazes em zonas urbanas ou suporte específico a raparigas em Paderne).

Modalidade Alargada: Prevenção e Estratégia Comunitária
O papel da modalidade alargada é essencialmente preventivo e estratégico, focando-se na comunidade.

Prevenção Primária: Planear ações que impeçam o aparecimento de situações de perigo. Em 2026, isto implica campanhas de sensibilização sobre Violência Doméstica junto dos pais e sensibilização escolar sobre comportamentos de risco.

Articulação de Rede: Mobilizar as entidades locais (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, GNR, Agrupamentos de Escolas) para criar respostas sociais que apoiem a multiculturalidade em Albufeira e Olhos de Água.

Análise de Fenómenos: Estudar as tendências locais (como o predomínio das crianças do sexo masculino em zonas urbanas) para propor políticas públicas municipais que reforcem o bem-estar das crianças e jovens.

Caracterização Processual 2025



21

Atividades

As ações com os estabelecimentos de ensino para 2026 devem ser segmentadas por faixas etárias e contextos geográficos, respondendo diretamente aos dados de perigo (violência doméstica e comportamentos de risco) e à multiculturalidade identificados no concelho:

1. Pré-Escolar e 1.º Ciclo: Prevenção da Violência Doméstica

Projeto "Selo Protetor": Apoiar os jardins de infância na implementação do Selo Protetor, garantindo sistemas internos de alerta precoce para sinais de exposição a violência doméstica.

Sinalização Ativa: Reforçar os protocolos de comunicação entre a escola e a CPCJ, capacitando docentes para distinguir indicadores de perigo em crianças dos 0 aos 5 anos, onde a violência doméstica é prevalente.

2. 2.º e 3.º Ciclo e Secundário: Comportamentos de Risco e Género

Sessões de Sensibilização (Albufeira e Ferreiras): Criar sessões de debate dirigidas às crianças/jovens, focadas em comportamentos de risco, adições e cidadania digital (aproveitando o Dia da Internet Mais Segura em fevereiro de 2026).

Mentoria Inter pares em Paderne: Desenvolver um programa de competências socioemocionais com crianças do sexo feminino da zona de Paderne.

Prevenção dos comportamentos que podem tipificar crime: Parcerias com a GNR (Escola Segura) para ações sobre as consequências legais e sociais de comportamentos de risco em jovens dos 15-17 anos.

3. Gestão e Articulação Técnica

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Inclusão (EMAI): Estreitar a articulação com as EMAI para garantir que o Apoio Junto dos Pais é complementado por medidas de sucesso educativo, prevenindo o abandono escolar em jovens de risco.

Formação Conjunta: Realizar workshops práticos entre os Técnicos Gestores de Processo da CPCJ e os psicólogos escolares para uniformizar os critérios de sinalização e intervenção.

22

Conclusão

Caracterização Processual 2025



Ao concluirmos este relatório anual, urge refletir sobre os aspetos positivos e as fragilidades que marcaram a atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de Albufeira, ao longo do ano de 2025.

Em 2025, a CPCJ de Albufeira fortaleceu a sua rede de proteção através de uma articulação estratégica com o Ministério Público, entidades de primeira linha e a Equipa Técnica Regional. O ano foi marcado por um forte investimento na formação técnica e em ações de sensibilização comunitária e escolar, como o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos e parcerias com agrupamentos de escolas. Estas iniciativas visaram qualificar a sinalização de situações de risco e consolidar a Comissão como um parceiro de proximidade focado na prevenção e no apoio às famílias.

Os principais constrangimentos de 2025 centram-se em barreiras culturais e linguísticas, exacerbadas pela gestão de 29 nacionalidades e pela falta de intérpretes, o que gera resistência familiar e estigma quanto ao papel da CPCJ. A eficácia operacional é limitada pela excessiva carga processual, pelo incumprimento dos tempos mínimos de afetação dos comissários e por instalações inadequadas que comprometem a privacidade. No plano externo, destacam-se a morosidade na articulação com entidades de primeira linha e a grave carência de respostas públicas em Saúde Mental, que deixa crianças sem o apoio clínico essencial ao seu desenvolvimento.

23

Atividades

OPTO 2025



Semana da da Criança





24

Atividades

Contadores de Histórias



25

Atividades

Laço Humano - Paderne



26



27

Caracterização Processual 2025



📌 Obrigada pela atenção